

DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS: OS DILEMAS LOCAL-GLOBAL NO MUNICÍPIO DE JARDIM (MS)

Juliana Luquez¹

Ana Paula Camilo Pereira²

Luiz Felipe Rodrigues³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas territoriais em espaços fronteiriços, a partir do município de Jardim, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. A abordagem realizada se define pelas especificidades de um território localizado na faixa de fronteira no sentido de verificar algumas relações manifestas no espaço-tempo. Para isso buscamos ainda analisar a viabilidade de um corredor bioceânico de integração que atravessará o estado de Mato Grosso do Sul e algumas implicações para a dinâmica regional, uma vez que, tal infraestrutura servirá à circulação territorial determinada por agentes hegemônicos na lógica de acumulação e reprodução do capital no âmbito da faixa de fronteira sul-mato-grossense. Considerando essa complexidade espacial, propomos uma discussão sucinta, mas perspicaz, sobre a relação local-global na dinâmica territorial e urbana de Jardim.

Palavras-chave: território; faixa de fronteira; circulação; corredor bioceânico; Jardim (MS).

TERRITORIAL DYNAMICS AND BORDER SPACES: THE LOCAL- GLOBAL DILEMMAS IN THE MUNICIPALITY OF JARDIM (MS)

Abstract

The present article aims to analyze the territorial dynamics in border areas, from the municipality of Jardim, state of Mato Grosso do Sul, Brazil. The approach taken is defined by the specificities of a territory located in the borderland strip to verify some manifest relationships in space-time. For this purpose, we also seek to analyze the viability of a bioceanic integration corridor that will cross the state of Mato Grosso do Sul while assessing some of the implications for the regional dynamics, since such infrastructure will serve the territorial circulation determined by hegemonic agents in the logic accumulation and reproduction of capital within the scope of the state of Mato Grosso do Sul's border.

¹ Docente no Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG). E-mail: julianaluquez@ufmg.br

² Docente do curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: apaulacape@uems.br.

³ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: luiz.felipe.r@outlook.com

Considering this spatial complexity, we propose a brief but insightful discussion about the local-global relationship within the territorial and urban dynamics of Jardim.

Keywords: territory; borderland strip; circulation; bioceanic corridor; Jardim (MS).

DINÁMICAS TERRITORIALES Y ESPACIOS FRONTERIZOS: LOS DILEMAS LOCAL-GLOBAL EN EL MUNICIPIO DE JARDIM (MS)

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar las dinámicas territoriales en espacios fronterizos, a partir del municipio de Jardim, en el estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. El abordaje adoptado está definido por las especificidades de un territorio localizado en la faja fronteriza en el sentido de verificar algunas relaciones manifiestas en el espacio-tiempo. Para eso, buscamos aun analizar la viabilidad de un corredor bioceánico de integración que atravesará el estado de Mato Grosso do Sul y algunas implicaciones para la dinámica regional, una vez que, tal infraestructura servirá a la circulación territorial determinada por agentes hegemónicos en la lógica de acumulación y reproducción del capital en el ámbito de la faja fronteriza en Mato Grosso do Sul. Considerando esa complejidad espacial, proponemos una discusión sucinta, pero perspicaz, sobre la relación local-global en la dinámica territorial y urbana de Jardim.

Palabras-clave: territorio; faja fronteriza; circulación; corredor bioceánico; Jardim (MS).

DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS EM MATO GROSSO DO SUL

As fronteiras enquanto territórios marcados pelo (des)encontro entre diferentes Estados-nação, correspondem a zonas de contato caracterizadas por relações de complementaridade, concorrência, ambiguidade e interdependência (MOURA e CARDOSO, 2016; CARNEIRO, 2016). Sendo assim, os territórios fronteiriços conformam espaços que se estendem para além das linhas imaginárias que definem os limites internacionais. A fronteira entre Estados nacionais e as regiões de fronteira envolve uma enorme variedade de usos, significados simbólicos e relações geográficas, o que exige estudos localizados (MACHADO, 2010), já que cada fronteira é única. O Brasil tem uma linha extensa de fronteira terrestre onde convivem populações com características variadas em relação a interesses, recursos naturais, biodiversidade, culturas e uso da terra, fatores que aumentam a complexidade do planejamento, da gestão de regiões de fronteira, e, portanto, da formulação e implementação de políticas públicas que precisam ser múltiplas

e abrangentes para abarcar essa diversidade e responder às necessidades de cada lugar e região (MOURA e CARDOSO, 2016).

Muitos dos municípios lindeiros à linha internacional conformam aglomerações transfronteiriças ou cidades-gêmeas que constituem áreas de ocupação contínua que se estendem de um ao outro lado do limite internacional. Essas cidades têm a sua estrutura socioeconômica dinamizada por uma multiplicidade de interações que aproveitam as diferenciações existentes em ambos os lados de uma fronteira, como, por exemplo, as diferenças monetárias (marcadas por oscilações constantes), normas jurídicas, preços e mercadorias disponíveis, acesso e qualidade dos serviços de saúde e educação, manifestações culturais (CARNEIRO, 2016; MOURA e CARDOSO; 2016; GOETTERT, 2017). Esse conjunto de processos de aproveitamento e valorização de uma fronteira, em que seus habitantes a transcendem e a incorporam em suas estratégias de vida, é definido por alguns autores como *transfronteirização* (CARNEIRO, 2016). Nesse sentido, as dinâmicas territoriais na fronteira constroem-se a partir das articulações entre as diferenciações geográficas produzidas pela existência do limite internacional. Segundo Machado:

O limite internacional foi estabelecido como conceito jurídico associado ao Estado territorial no sentido de delimitar espaços mutuamente excludentes e definir o perímetro máximo de controle soberano exercido por um Estado central. [...] O limite internacional não é uma ficção e sim uma realidade geográfica que gera outras realidades [...] as realidades geradas pelo limite reforçam o próprio limite ao promover a organização e regulação daquilo que delimita, ou seja, o território e seu conteúdo. (MACHADO, 2010, p. 60-61).

Muitas dessas diferenciações se manifestam em assimetrias e desigualdades socioespaciais que acarretam conflitos diversos e podem consolidar uma divisão transfronteiriça do trabalho, como pontuam Steiman e Machado (2002). Nesse contexto, a partir da oferta de mão de obra em ambos os lados da fronteira associada às assimetrias e diferenciações jurídicas entre um e outro lado, tem-se uma enorme possibilidade de transgressão das regras de contrato, fazendo com que as relações de trabalho fronteiriças sejam marcadas pelo par legalidade/ilegalidade e pela precarização (GOETTERT, 2017).

Essas relações não são exclusivas dos aglomerados urbanos transfronteiriços e/ou cidades-gêmeas, uma vez que, tendem a se estender para além da área imediata do limite internacional. No Brasil, delimita-se uma faixa de fronteira interna de 150 km de largura, considerada uma região estratégica do território nacional, e que abrange municípios lindeiros e não lindeiros à linha internacional (BRASIL, 2005). De acordo com o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional (2009), a faixa de fronteira brasileira, que corresponde a aproximadamente 27% do território nacional, e onde vivem aproximadamente 10 milhões de pessoas, caracteriza-se por ser pouco desenvolvida economicamente, pela carência de acesso aos bens e serviços públicos, por problemas de segurança pública e pelas precárias condições de cidadania, pois vem sendo historicamente abandonada pelo Estado (BRASIL, 2009). O mesmo documento menciona a falta de coesão social nos espaços fronteiriços. Este problema parece estar atrelado ao fato de que os conceitos jurídicos de nação e soberania não conseguem abarcar as relações fronteiriças, o que implicaria construir um outro conceito ampliado de cidadania nessas porções do território (MOURA e CARDOSO, 2016).

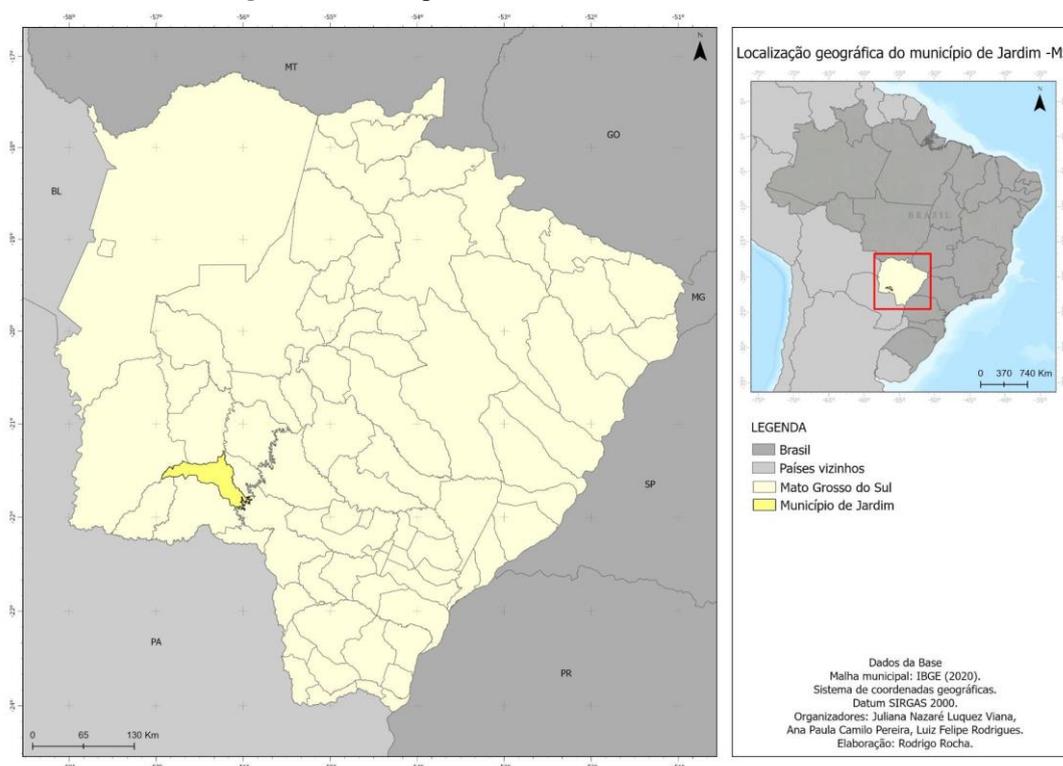
Segundo Oliveira, “a faixa de fronteira é uma construção militar, não é uma construção civil. Ela está dentro da concepção de fronteira como separação. Está dentro da concepção de defesa, não de segurança cidadã” (OLIVEIRA, 2019, p. 58). O autor salienta que “fronteira significa requerer a presença do outro lado. Se não tiver o outro lado não é fronteira” (Ibidem, p. 57-58). E o que se revela na gestão do território pelos órgãos governamentais é a dificuldade de compreender a fronteira enquanto um espaço que se reproduz em dinâmicas que ultrapassam os seus limites territoriais, seja em relação aos fluxos do capital, como também, e, principalmente, às relações sociais.

Como bem pontua o autor, a fronteira é concebida enquanto limite e nessa concepção o outro lado é visto como problema, e não como potencialidade (Ibidem). Verifica-se, então, um desajuste entre os espaços da política, da economia e do social na fronteira, tanto no que concerne à incapacidade do Estado na formulação e implementação de políticas integradoras que incluam as particularidades da mobilidade econômica e populacional nos espaços fronteiriços (MOURA e CARDOSO, 2016), quanto

na incapacidade de regulação dos fluxos que subjugam a esfera local aos interesses do capital transnacional (DOWBOR, 2017).

No estado de Mato Grosso do Sul, que tem sua fronteira compartilhada com o Paraguai e a Bolívia, a faixa de fronteira de 150 km abrange 42 municípios, entre os quais localiza-se Jardim, na porção sudoeste do estado, foco dessa análise (Imagem 1). A porção da faixa de fronteira sul-mato-grossense faz parte do arco central que abarca a faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Figura 1 – Município de Jardim, Mato Grosso do Sul, Brasil.



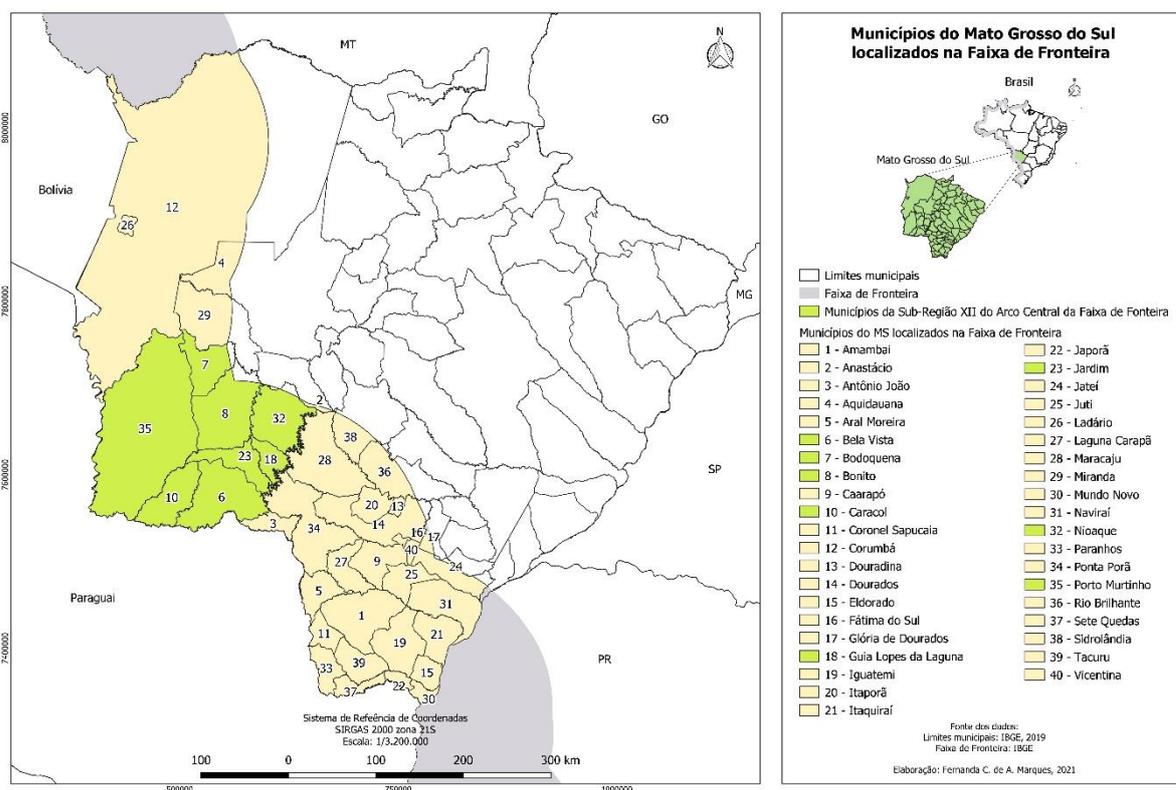
Fonte: Os autores.

Os sistemas produtivos que abrangem essa porção da faixa de fronteira estão ligados à produção agrícola, criação de gado e um modelo industrial-comercial atrelado à agroindústria (MATO GROSSO DO SUL, 2012). Este arco está subdividido em 4 sub-regiões. O município de Jardim, localizado a 89 km do município de Bela Vista e a 205 km de Porto Murtinho, ambos lindeiros à linha internacional, está incluído na sub-região XII, junto com os municípios de Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da

Laguna e Nioaque. Jardim é, dentre esses municípios, o mais populoso, possuindo uma população estimada de 26.238 habitantes (IBGE, 2020) e é considerado no plano de atuação do governo do Estado o polo regional desta sub-região.

A sub-região XII possui uma densidade social média e alta e se caracteriza pela forte dependência em relação às sub-regiões vizinhas, pela pequena porcentagem de produção extrativa de madeira e indústria de transformação, marcada pelo baixo grau de empreendedorismo agrícola e de especialização e pelo baixo nível técnico-tecnológico. Sua base produtiva é constituída pela agroindústria da soja no lado brasileiro e da mandioca no lado paraguaio. Tem no setor de comércio, serviços e turismo uma das principais fontes geradoras de emprego urbano. Na Imagem 2, podemos observar a faixa de fronteira em Mato Grosso do Sul e os municípios que ela abrange:

Figura 2 – Municípios de Mato Grosso do Sul localizados na Faixa de Fronteira e localização dos municípios da Sub-Região XII do Arco Central da Faixa de Fronteira



A intensidade e os tipos de interações entre um e outro lado da fronteira, considerando os municípios localizados na faixa de 150 km, dependem tanto da dinâmica

produtiva local quanto da oferta de bens e serviços em cada lugar, e, portanto, precisam ser compreendidas à luz da dinâmica da rede urbana regional em cada recorte que venha ser analisado e do tipo de relação que está sendo considerado. Para pensarmos Jardim, na ótica das dinâmicas territoriais de fronteirização, é necessário discutir o grau de complexidade e o nível de contato que as cidades inseridas no que estamos definindo efetivamente como fronteira estabelecem (OLIVEIRA, 2019). Nesse sentido, é possível problematizar a rigidez e viabilidade analítica das relações geográficas fronteiriças no âmbito do estabelecimento de uma faixa de fronteira definida numa distância de 150 km em relação ao limite internacional. É possível que seja necessário ampliar o nosso foco de análise, acompanhando o alcance de cada relação a ser investigada, a fim de não nos enganarmos com uma concepção petrificada e geométrica do espaço geográfico, como salienta Silveira (2006) em relação ao problema das distâncias nas relações geográficas:

Não há relação humana que não seja mediada pela distância que, inclusive, permite criar outros conceitos centrais, como periferia. Todavia, as distâncias que são hoje a base da organização do espaço não são mais as distâncias euclidianas, mas as distâncias humanas, aquelas relativas ao tempo, à atividade do homem (SILVEIRA, 2006, p. 83).

Isso também implica refletir a complexidade da submissão da esfera local à dinâmica internacionalizada do espaço, marcada pela privatização, pela corporativização e pelas necessidades de “aumento da competitividade” do território pelo poder hegemônico, que acabam sendo prioridades dos investimentos públicos, em detrimento das demandas e necessidades básicas da população local (MOURA, 2000; MOURA e CARDOSO, 2016), escapando a efetiva integração regional.

Considerando essa complexidade à luz das relações espaço-tempo, na perspectiva local-global, buscamos analisar a viabilidade de um corredor bioceânico de integração que atravessará o município de Jardim e quais as suas implicações para a dinâmica regional, uma vez que, tal infraestrutura servirá à circulação territorial determinada por agentes hegemônicos na lógica de acumulação e reprodução do capital no âmbito da faixa de fronteira sul-mato-grossense.

JARDIM NA ROTA: A CIRCULAÇÃO TERRITORIAL NA PERSPECTIVA DE VIABILIZAÇÃO DE UM CORREDOR BIOCEÂNICO

As concepções sobre a relação espaço-tempo se diferenciam nos distintos lugares ao qual nos deparamos no decurso da vida. As percepções que temos sobre essa conexão entre o espaço-tempo se complementam; mas também se confluem; se aproximam; outras vezes se tangenciam. E é essa relação conflitante de compreender como o espaço se configura no tempo e como o tempo se acomoda no espaço e vice-versa, que nos instiga a abordar essa intrigante relação que em diferentes tempos e espaços permite observar concepções díspares que se constroem em decorrência da vivência, da cotidianidade, das relações sociais, econômicas, culturais e, sobretudo, devido a construção relacional entre a percepção do "distante-perto", mas também mediante a óptica da relação que se estabelece entre o tempo e o espaço.

Nessa perspectiva, nos deparamos com lugares díspares, onde as relações espaço-tempo se configuram por suas construções diárias, socioespaciais, em que, geralmente, a forma e a estrutura se definem e/ou são definidas pelo cotidiano local. Exemplo disso é Jardim, que na confluência entre o distante-perto se conforma numa relação espaço-tempo em que muitas vezes, se abstraem elementos essenciais à dinâmica cotidiana de outros centros urbanos brasileiros, muitas vezes, até com a mesma configuração espacial de uma cidade pequena.

Sucintamente partimos de algumas concepções teóricas sobre a relação espaço-tempo para dialogarmos na perspectiva do empírico, que trazemos aqui o caso de Jardim. Santos (1996) destaca que “por tempo, compreendemos o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por espaço entendemos o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos (SANTOS, 1996, p. 41)”. Para que tempo e espaço sejam conversíveis “[...] em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições” (SANTOS, 1996, p. 42).

Ainda nessa perspectiva teórica para compreender o empírico, temos que “o espaço é que reúne a todos, com suas diferenças, suas possibilidades diferentes de uso do espaço relacionados com possibilidades diferentes de uso do tempo” (SANTOS, 1996, p. 164).

Massey (2008, p. 98) revela uma vertente em que o tempo e o espaço se relacionam de forma que “se o tempo revela mudança, então o espaço se revela como interação”. Dentro dessa abordagem, é possível visualizar o recorte espacial que concebemos para análise desse texto, a partir de uma compreensão de que o tempo impõem mudanças, mas o espaço, apesar de se compor dessas mudanças temporais, tem em si, muitas vezes, a persistências de tempos lentos, que desaceleram o ritmo ou a velocidades das transformações e muitas vezes, são espaços até mesmo resistentes às mutações.

Ainda para Massey (2008, p. 110), na atualidade o ângulo privilegiado de abordagem é o espaço, daí a necessidade de especializar o tempo e não temporalizar o espaço, como se este se promovesse como meros espaços na fila do tempo. Para a autora, “o reconhecimento da espacialidade envolve (poderia envolver) o reconhecimento da coetaneidade, a existência de trajetórias que têm, pelo menos, algum grau de autonomia uma em relação a outra”.

A partir dessa concepção, fica claro que a “noção de espaço é assim inseparável da idéia de sistemas de tempo” (SANTOS, 1985, p. 21-22). Em outras palavras, a relação espaço-tempo, na concepção miltoniana, passa necessariamente por uma compreensão sobre os espaços atingidos por diferentes inovações. Isso mostra que a formação de um espaço supõe uma acumulação de ações localizadas em diferentes tempos. Para Santos (1985), o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.

Dadas estas breves concepções teóricas que buscam alicerçar nossas análises e interpretações empíricas, destacamos nessa relação espaço-tempo a circulação territorial, com foco no empírico, na prática cotidiana de observar e examinar as peculiaridades do processo de globalização de uma pequena cidade do interior de Mato Grosso do Sul.

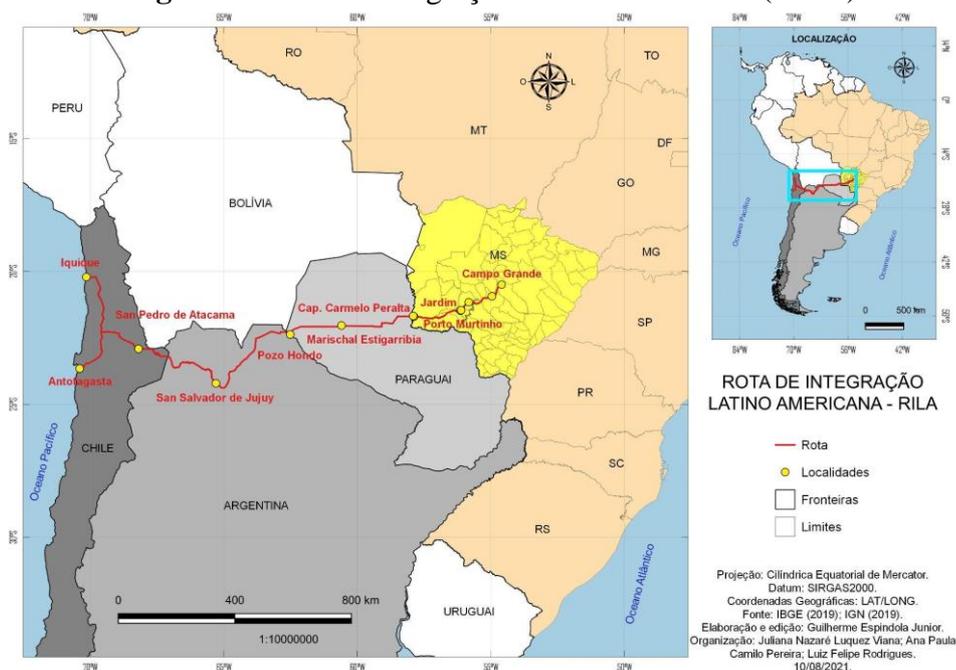
Compreender o tempo, o espaço e as relações que se estabelecem no cotidiano local conduzem teoricamente a entendê-los separadamente, e num momento seguinte, visualizar suas relações. São essas relações que nos instigam a uma observação mais profunda de como os diferentes lugares se configuram na atualidade por tempos e espaços diferentes, ainda que a lógica global se infiltre de forma cada vez mais implacável.

Há tessituras cotidianas que estão estabelecidas no tempo e no espaço que se fazem de forma resistente. Obviamente que no processo de globalização da economia, suas inflexíveis determinações da lógica capitalista se processam nesses espaços, mas ainda assim algumas rugosidades (SANTOS, 1996) estão engendradas e não se diluem com tanta celeridade.

Ao tratarmos da circulação territorial em Jardim, temos como ênfase o desenvolvimento de um projeto que tem contado com apoio de diferentes esferas da sociedade, como o Estado, Instituições de Ensino Superior (IES) e setores da iniciativa privada. Este projeto trata-se da viabilização de um corredor bioceânico, mais conhecido como Rota de Integração Latino Americana (RILA), que buscará encurtar distâncias para as exportações e importações do estado de Mato Grosso do Sul até a Ásia e a América do Norte, fazendo um percurso que atravessa a América do Sul, saindo do Brasil, passando pelo Paraguai, pela Argentina e chegando, assim, aos portos do Chile, que estão no Oceano Pacífico (UNIRILA, 2020).

Tal projeto tem um transcurso no estado de Mato Grosso do Sul que se inicia em Campo Grande, passando pelos municípios de Sidrolândia, Nioaque, Jardim e Porto Murtinho, adentrando o Paraguai, seguindo para Argentina e Chile (Imagem 3).

Imagem 3 – Rota de Integração Latino Americana (RILA)



Fonte: Os autores.

Nosso enfoque é a condicionalidade de Jardim ser um nó dessa rede de circulação territorial que visa ser implementada brevemente, considerando que as obras infraestruturais de circulação estão em processo atualmente e condicionam a viabilidade desse corredor e, dentro dessa perspectiva, é que nos atemos a relação espaço-tempo nesse município, articulando-a na concepção teórica já salientada e seu encadeamento com a circulação territorial.

Da Imagem 4 podemos extrair a singularidade de uma população que cotidianamente está habituada com o tempo lento dos eventos em seu espaço geográfico. Ela ilustra a Rodovia BR-060, trajeto ao qual a Rota de Integração Latino Americana (RILA) tem como percurso para viabilização do transporte rodoviário, que corta longitudinalmente a cidade. Esta rodovia inicia-se em Minas Gerais e finaliza-se na fronteira com o Paraguai, na cidade de Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul.

Imagem 4 – Rodovia BR-060 no município de Jardim (MS)



Crédito: autores, 2020.

A esquerda da imagem acima, é possível observar a existência de posto de combustível, um dos poucos existentes na cidade. Ao lado direito da imagem observamos uma placa com os dizeres “único posto de combustível a 200 km”. A informação nos induz

a uma inquietação. Num primeiro momento, a pensar que entre a distância de Jardim e Porto Murtinho um próximo posto de combustível está a 200 km, segundo quando se relaciona o interesse de viabilização de uma rota de transporte pelo Pacífico, que tem em Jardim um nó dessa rede. A distância de 200 km de Jardim até Porto Murtinho, onde se encontra o posto de combustível mais próximo, pode não se caracterizar como uma problemática do ponto de vista da completude do percurso, mas se constitui enquanto um território com uma infraestrutura técnica para o transporte rarefeita, justamente onde se vislumbra a passagem de uma rota de transporte e logística.

Obviamente que essa perspectiva se configura numa lógica de mercado, em que os interesses corporativos se suplantam na constituição da implementação de postos de combustíveis, mas também está inserida no âmbito público, da definição de uma racionalidade do Estado de subsidiar pontos de localização que se efetivem na implementação de nós técnicos de suporte ao processo de viabilização de tal empreendimento.

A ausência desses nós técnicos não inviabiliza a efetivação dessa rota de integração, mas produz reveses à circulação territorial. Contudo, no que se refere a organização das relações espaço-tempo para aqueles que residem em Jardim, a ausência desse nó técnico é uma realidade trivial, bem como a passagem de um corredor bioceânico ainda é concebida como uma questão factual, mas pouco complexa, quase que imperceptível, consequência de certo modo, da dificuldade de conceber a lógica impositiva do capital, que se constrói pelos dilemas do local-global, que tem em Jardim, ao mesmo tempo, um nó estratégico para a circulação territorial, mas também um nó que pode se constituir como um gargalo infraestrutural para as dinâmicas territoriais desse corredor de transporte e logística.

OS DILEMAS LOCAL-GLOBAL NO MUNICÍPIO DE JARDIM (MS)

Em 29 de outubro de 2019, teve lugar no Parque de Exposições do Sindicato Rural uma palestra intitulada “Os benefícios do Corredor Bioceânico para Jardim e Região”. O evento, realizado pela Prefeitura Municipal de Jardim, teve como principal nome da mesa João Carlos Parkinson de Castro, ministro da carreira diplomática do Ministério das Relações Exteriores. A iniciativa contou também com a participação dos prefeitos dos

municípios de Guia Lopes da Laguna, Bonito, Nioaque, Bela Vista e Porto Murtinho e o apoio de associações, entidades e instituições interessadas no tema e na sua divulgação. Na plateia, além das autoridades locais e representantes da iniciativa privada, algumas centenas de moradores marcaram presença. Estes cidadãos comuns, trabalhadores da cidade e do campo, aposentados, mulheres chefes de família, jovens em busca de oportunidades inovadoras, todos e todas ouviam a fala do ministro e observavam os gráficos e estatísticas que foram usados para fundamentar os argumentos que tinham como objetivo valorizar o projeto e mobilizar a opinião pública a favor de sua implantação.

A conclusão do evento foi marcada pela seguinte afirmação: “Jardim está na rota!”. Se essa era a certeza dos organizadores e patrocinadores do evento era preciso falar às populações sobre os tais benefícios do corredor viário e logístico que pretende facilitar as trocas comerciais e escoar a produção de *commodities* para o mercado asiático, especialmente. Ora, que local é esse tão global que se tornará Jardim? Qual é a gênese do global nessa cidade interiorana? Quais os dilemas local-global dessa espacialidade? Como os agentes sociais da ordem distante se articulam com os da ordem próxima para viabilizar o projeto de circulação e infraestrutura no âmbito de arranjos transfronteiriços? Como o *empreendedorismo urbano* atua para ativar lógicas de competição, consumo e especulação em Jardim? Essas questões nos surgem e não pretendemos esgotá-las, mas apontar elementos de reflexão para futuras (e necessárias) análises.

Santos (2012) ao descrever sua apreensão sobre os espaços da globalização assevera que:

O mundo oferece as oportunidades, e o lugar as ocasiões. Não se trata aqui de um “exército de reserva” de lugares, senão da produção raciocinada de um espaço, no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico. (SANTOS, 2012, p. 147).

As oportunidades que o mundo oferece estão salvaguardadas na concentração e na ampliação exacerbada da produção de *commodities* e da imediata garantia de mercado, nelas não vamos nos ater. Queremos pensar Jardim e as ocasiões que a colocam na rota, que a circunscrevem em um espaço intencional e específico entre o local e o global.

Encontramos entre o local e o global a consolidação do discurso que eleva Jardim a “polo regional de desenvolvimento”, “polo dinâmico de desenvolvimento regional”, ou, simplesmente, capitaneia os demais município em sua órbita, “Jardim e Região”. Assim, entre o local e o global, parece estar a validação do discurso que pretende legitimar uma região na qual se conformam os interesses locais e as estratégias globais de acumulação e reprodução de capital. Sem essa validação não há região, sem essa região não há viabilização da rota.

Jardim e Região é um construto do vir a ser. É a partir de Haesbaert (2010) que propomos a interpretação da região como artifício normativo e instrumento de intervenção no real. Nas palavras do autor:

[...] trata-se ainda de uma abordagem da região enquanto “artifício”, mas com a importante diferença de que se trata aqui de um artifício moldado não exatamente para o entendimento do que é a região (ou, de forma mais complexa, do como a região *vem a ser o que é*), mas muito mais para projetar o que ela *deve(ria)* ser. (HAESBAERT, 2010, p. 95 – grifos do autor).

Esse construto regional depende de como os agentes sociais da ordem distante se articulam com os da ordem próxima para viabilizar as ações pragmático-políticas. No caso de Jardim, o corredor bioceânico, projeto de circulação e infraestrutura no âmbito de arranjos transfronteiriços para o escoamento de *commodities*, sem dúvida, a ordem distante (do Estado, do mercado, das demais instituições) e a ordem próxima (da comunidade de indivíduos e de seus grupos) deixaram de coincidir; mas se reencontram e se interpenetram na espacialidade urbana da pequena cidade de pouco mais de 26 mil habitantes.

[A cidade] se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de ordem próxima (...) e a ordem distante (...). A ordem distante se institui neste nível “superior”, isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. (...) A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano (...). (LEFEBVRE, 2006, p. 46).

Se a cidade (seja produto de uma pequena aglomeração interiorana, seja um robusto centro de complementaridade regional, seja uma complexa aglomeração metropolitana) é a “mediação entre as mediações” é preciso encontrar o que permite tal conciliação espacial.

Harvey (2005) nos auxilia nessa empreitada. Para o autor, a produção do espaço e da cidade comporta algumas mutações que permitem a expansão das relações sociais capitalistas, ou seja, o processo urbano tem um movimento reestruturante do espaço e desempenha um papel importante na dinâmica político-econômica. Uma das transformações apontadas por Harvey é o chamado *empreendedorismo urbano*. Segundo Harvey, “parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico” (Harvey, 2005, p. 167).

A construção de uma lógica regional para a consolidação de uma estratégia de expansão dos negócios lucrativos da produção agroexportadora tem contribuído para o reconhecimento de um empreendedorismo urbano em Jardim. Talvez em uma perspectiva um pouco distinta daquela apresentada por Harvey (que tem seu enfoque mais na governança urbana), propomos avançar com o termo *empreendedorismo urbano* a partir das ações e intenções anunciadas para os territórios atravessados pelo corredor bioceânico.

Harvey (2005) considera que, no âmbito das práticas da urbanização capitalista, “o empreendedorismo enfoca muito mais a economia política do lugar, do que o território” (Ibidem, p. 173). Essa afirmação não poderia ser mais constatável em relação à Jardim. Observemos as imagens 5 e 6.

Imagem 5 – Entroncamento da BR-0-60 com a BR-267 no Centro de Jardim (MS)



Crédito: autores, 2020.

Imagem 6 – Bairro periférico na zona urbana do município de Jardim (MS)



Crédito: Taniéli Trindade Rocha, 2020.

As ações dos agentes da ordem distante no território, aquelas que buscam viabilizar uma região artífice e vislumbrar Jardim como centralidade, parecem não promover o debate considerando o incremento das relações imediatas da ordem próxima, dos diferentes grupos que compõem a estrutura social do município. O empreendedorismo urbano em Jardim tem apostado na melhoria da imagem da cidade como essa mediação entre o local e o global, entre o consumo e as necessidades básicas de reprodução social, entre o estímulo à iniciativa privada e a atuação do Estado como propulsores do desenvolvimento econômico específico e alinhado às intencionalidades dos agentes hegemônicos.

Desde o ano de 2019, a área urbana de Jardim tem conhecido novas fachadas e novos negócios de modernização do consumo coletivo, potencialmente motivados pela projeção de instalação do Corredor Bioceânico, pois coincidem com a atual discussão em torno da viabilidade desta infraestrutura. Uma das estratégias promissoras têm sido a expansão do comércio na área central da cidade com apostas em franquias (Imagens 7 e 8) e empreendimentos de grande impacto de vizinhança (Imagem 9), todas acompanhados do discurso do “regionalismo da rota” através do qual a cidade também tem experienciado processos de competição, especulação e fragmentação. As dinâmicas territoriais em Jardim estão sob a intervenção de agentes da ordem distante que a circunscrevem em um tempo-espaço, concomitantemente, virtual e real à ordem próxima.

Imagem 7 – Fachada de uma franquia do segmento de varejo em Jardim (MS)



Crédito: Taniéli Trindade Rocha, 2020.

Imagem 8 - Fachada de uma franquia do segmento de *fast-food* em Jardim (MS)



Crédito: Taniéli Trindade Rocha, 2020.

Imagem 9 – Megaloja do Grupo Avevê em Jardim (MS)



Crédito: autores, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da diversidade de arranjos territoriais que constituem a faixa de fronteira brasileira, o que exige um planejamento que abarque políticas públicas diferenciadas para cada configuração regional, frisamos que, para compreender as dinâmicas territoriais fronteiriças, sua intensidade e suas tipologias, é preciso colocar *in loco* a complexidade das relações e das escalas geográficas que estas envolvem para entender suas articulações, e, assim, sua forma e conteúdo.

Esses arranjos territoriais têm atualmente uma dinâmica de configuração que tem sido promovida mediante as expectativas que se evidenciam pela viabilização da Rota de Integração Latino Americana (RILA), que buscará promover com mais celeridade e eficiência a circulação territorial, a mais clara exigência dos ditames do processo de globalização. Jardim faz parte dessa lógica, não porque manifesta algum desenvolvimento econômico pujante, mas porque está geograficamente localizada na rota, ou seja, no trajeto do desenvolvimento que as articulações globais têm revelado. Contudo, ao considerarmos um município como Jardim, onde as relações espaço-tempo nem sempre se revestem de

um sincronismo racional, em que tempo lento impera, as limitações infraestruturais se anunciam à lógica do desenvolvimento econômico, as resistências locais se estabelecem e nem sempre se associam aos interesses político-econômicos, tornam os dilemas local-global ainda mais axiomáticos e na ordem de discussões na atualidade.

No caso de Jardim, município não lindeiro em faixa de fronteira, a percepção de como se articulam os interesses e ações da ordem distante no território em detrimento dos da ordem próxima – ou sob o argumento de que o atendimento aos interesses da ordem distante promove no território dinâmicas benéficas à ordem próxima – faz-nos levantar problemáticas sobre o *empreendedorismo urbano* como estratégia de impulsionar grandes projetos de infraestrutura e logística que atravessam aglomerações urbanas localizadas nos espaços de produção agroexportadora. Convidamos cidadãos, pesquisadores, gestores e agentes econômicos, a continuação do debate aqui proposto, ao qual ainda se impõem as seguintes questões: quais as reverberações do Corredor Bioceânico como rede técnica de circulação em Jardim para além do *empreendedorismo urbano*? Como elementos da fluidez podem contribuir para reforçar a vanguarda da modernidade tecnológica da circulação territorial ao mesmo tempo que acentuam desigualdades locais e regionais, tensionando ainda mais os interesses da ordem próxima e da ordem distante?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Cidades*. Brasília-DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira**: Programa de promoção do desenvolvimento da faixa de fronteira – PDF. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, 2009.

BRASIL. **Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CAMILO PEREIRA, Ana Paula; ABRITA, Mateus Boldrine; FONSECA, Rafael Oliveira. Circulação, desenvolvimento econômico e ordenamento territorial: elementos teóricos para análises de pesquisas sobre a Rota de Integração Latino Americana. **Confins**, 2021 (Prelo).

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Fronteiras irmãs**: transfronteirizações na Bacia do Prata. Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.

- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Anatomia literária, 2017.
- GOETTERT, Jones Dari. **Fronteiras**: quando o “paraíso” e o “inferno” moram ao lado. Identidades, imagens e gentes por entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai). Dourados: Ed. UFGD, 2017.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- MACHADO, Lia Osório. Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. In: NUÑES *et al* (Org.). **Dilemas e diálogos platinos**. Dourados: UFGD, 2010, p. 59-72.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MATO GROSSO DO SUL. Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul – NFMS. **Plano de desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira/MS**. Campo Grande: NFMS, 2012.
- MATO GROSSO DO SUL. **Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana** (UNIRILA). Campo Grande - MS, 2020. Disponível em: <http://www.uems.br/midiaciencia/unirila/>. Acesso em: 30 de nov. 2020.
- MOURA, Rosa. Fronteiras Invisíveis: o território e seus limites. **Revista Território**, LAGET/UFRJ, a V, n. 9, p. 85-101, 2000.
- MOURA, Rosa; CARDOSO, Nelson Ari. Mobilidade transfronteiriça: entre o diverso e o efêmero. In: BALBIM, Renato *et al* (Org.). **Cidade e movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: IPEA: ITDP, p. 205-222, 2016.
- OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. A fronteira do arco Central e sua realidade econômica e social. In: PÊGO, Bolívar *et al* (Org.). **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação do Arco Central, Vol. 4. Rio de Janeiro: IPEA, MDR, 2019, p. 57-66.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2012.
- SILVEIRA, Maria Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP**: Espaço e Tempo, n. 19, p. 81-91, 2006.
- STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. **Terra Limitanea**: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo RETIS/CNPq/UFRJ, 2002.

Submetido em 08 de julho de 2021

Aceito em 05 de novembro de 2021

Publicado em 30 de dezembro de 2021